



1502 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 03 - Educação Popular e Movimentos Sociais

O cenário político brasileiro e sua representação na sociedade civil: o protagonismo das ONGs com seus projetos sociais que tem a linguagem da arte como formação de valores

Maria Cecília do Amaral Campos de Barros Santiago - UNIVILLE - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE

A presente pesquisa apresenta as condições sócio-históricas da realidade brasileira e a evolução do percurso dos movimentos sociais até a formação do Terceiro Setor. Para essa reconstrução, busca-se apoio teórico em Maria da Glória Gohn. Também tem como objetivo identificar as práticas com arte utilizadas nos projetos sociais e compreender como os jovens participantes conseguem buscar um novo olhar crítico sobre o mundo, tendo em vista que a arte proporciona o conhecimento sobre si e sobre o outro. Entendendo como participantes o processo de vivência em que valores e significados trazidos pela arte os transformam em protagonistas de suas histórias. A pesquisa busca explicações a valores e significados num meio social. Segundo Trivínos (1995), a pesquisa qualitativa busca as causas, as relações e as possíveis consequências do fenômeno estudado sobre a vida humana, captando, assim, a essência. A contribuição teórica de Ana Mae Barbosa, de pensar a arte como uma ferramenta de possibilidades, foi essencial para entender como a arte é articulada em suas ações práticas nos espaços do Terceiro Setor, especialmente nos projetos sociais.

Palavras-chaves: movimentos sociais, terceiro setor, projetos sociais, educação pela arte.

O CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO E SUA REPRESENTAÇÃO NA SOCIEDADE CIVIL: O PROTAGONISMO DAS ONGS COM SEUS PROJETOS SOCIAIS QUE TEM A LINGUAGEM DA ARTE COMO FORMAÇÃO DE VALORES

RESUMO

A presente pesquisa apresenta as condições sócio- históricas da realidade brasileira e a evolução do percurso dos movimentos sociais até a formação do Terceiro Setor. Para essa reconstrução busca-se apoio teórico em Maria da Glória Gohn. Também tem como objetivo identificar as práticas com arte utilizadas nos projetos sociais e compreender como os jovens participantes conseguem buscar um novo olhar crítico sobre o mundo, tendo em vista que a arte proporciona o conhecimento sobre si e sobre o outro. Entendendo como participantes o processo de vivência em que valores e significados trazidos pela arte os transformam em protagonista de suas histórias. A contribuição teórica de pensar a arte como ferramenta de possibilidades é de Ana Mae Barbosa.

Palavras-chaves: Movimentos sociais, Terceiro Setor, Projetos Sociais, Educação pela arte.

As ideias persistem e se transformam, agregando elementos novos ou negando velhos, segundo a conjuntura dos tempos históricos (GOHN, 2012, p. 109).

INTRODUÇÃO

No Brasil, o conceito de sociedade civil segue a trajetória das lutas políticas e sociais. A expressão "sociedade civil" passou a ser objeto de reflexão teórica na década de 1970, entendida como sinônimo de participação e organização da população civil, que se contrapunha ao regime militar. Esse cenário estimulou inúmeras práticas coletivas voltadas para a reivindicação de bens, serviços e direitos sociopolíticos negados pelo regime vigente, como aponta Gohn (2008b). Na época, o país assistia ao fechamento dos espaços públicos de convivência social, estratégia do poder instituído para tentar apagar os sinais de reconhecimento popular e esvaziar o sentido da ação coletiva, como forma de alienação do privado.

Dessa maneira, excluía-se a sociedade civil dos processos decisórios, cerceando-se os direitos civis e políticos dos cidadãos pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Tal decreto determinava medidas centralizadoras, como: suspensão do *habeas corpus* e dos direitos políticos de qualquer cidadão considerado potencialmente perigoso para o sistema; criação de aparelhos repressivos de Estado; intervenções nos estados e municípios; direito do Executivo de dissolver o Congresso a qualquer momento. Era uma época em que organismos internacionais denunciavam as violações aos direitos humanos, declaradamente desrespeitados pelos militares em atos criminosos, para exercer o autoritarismo.

Algumas ONGs, sem fins lucrativos surgiram no Brasil no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, durante o período mais rígido da ditadura militar. Desde a década de 1940, porém, elas já haviam sido constituídas pela Organização das Nações Unidas (ONU) como instituições capazes de estabelecer consultoria sobre assuntos sociais. Entretanto, somente após 1980 as ONGs cresceram numericamente no país, construídas em torno de bandeiras de luta de grupos étnicos, de gênero e de outros grupos marginalizados pela sociedade. Segundo Gohn (2008a, p. 70), a partir da posição arbitrária do governo brasileiro, que modificou o perfil da nação, parte da sociedade passou a se mobilizar e se organizar na luta contra o *status quo*.

Na década de 1960, o governo do marechal Castelo Branco resolveu conceder o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo ao trabalhador do campo o direito ao salário mínimo, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e à aposentadoria, igualando-o ao trabalhador urbano. Até então, as relações de trabalho no campo eram de "relativa harmonia", graças a uma combinação entre patrões e empregados, denominada "meação", que assegurava aos trabalhadores rurais o recebimento, em dinheiro, de parte do resultado da colheita. E, para atraí-los e fixá-los na propriedade, de modo a garantir a continuidade da mão de obra, os fazendeiros montavam "colônias", conjuntos de casas de alvenaria distantes entre si o suficiente para que cada um tivesse sua horta e seus animais de criação. Havia pobreza, mas não miséria. No período que antecedia as colheitas, o fazendeiro bancava as contas dos empregados nas farmácias e nos empórios.

A reação dos fazendeiros à extensão de direitos aos trabalhadores rurais foi colocar imediatamente todos os seus empregados para fora de suas propriedades. O Brasil experimentou, então, o maior êxodo rural de todos os tempos. Milhões de pessoas abandonaram o campo, sem nenhum planejamento. Sem ter onde morar e atraídas pela indústria da construção civil – aquecida pelas obras de infraestrutura e carente de mão de obra barata –, fizeram aumentar a população das favelas das grandes cidades brasileiras.

A primeira geração de camponeses migrados, ainda apegada a princípios éticos e morais, não vivenciou grandes problemas sociopolíticos. Seus descendentes, todavia, não aceitaram aquela situação de miséria, o que gerou violência e criminalidade crescentes.

Um dos principais eixos articuladores das reivindicações na década de 1980 estava atrelado à autonomia, demandada por grupos da sociedade civil que defendiam reformas sociais, entre elas as concernentes às relações do campo. Como esclarecem Leilah Landim (1998) e Gohn (2008b), o papel das ONGs era apoiar o fortalecimento dos movimentos populares, desenvolvendo trabalhos de conscientização dos novos personagens em cena: os movimentos sociais que se estruturavam fundamentados na valorização da educação popular, centrada na ética e na democratização das relações sociais, e outros, como o das mulheres, o dos ambientalistas, o dos homossexuais, que se firmaram como agentes de construção de identidades e de força social organizada.

Durante a década de 1970 e parte dos anos 1980, em pleno regime militar, o papel da Igreja Católica foi decisivo para a formação de novos sujeitos, por meio de reuniões das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), para as quais as comunidades levavam seus problemas. Ali se discutiam as mudanças nas relações entre a sociedade civil e o Estado e se fornecia embasamento para essa militância nos princípios da Teologia da Libertação, de Leonardo Boff, onde se encontra a fundamentação do processo de constituição das CEBs:

[...] a massa, mediante as associações, se transforma num povo que começa a recuperar a sua memória histórica perdida, elaborada na consciência de sua situação de marginalização, construindo um projeto para seu futuro e inaugurando práticas de mobilização para mudar a realidade circundante (COUTINHO, 2005, p. 61).

O pensamento da Teologia da Libertação procurava empreender uma análise sociológica da realidade, fundamentada na participação do novo sujeito histórico. Emergia uma noção de sujeito vinculada à ideia de reconhecimento de sua identidade e mudança social com base em suas experiências. Também atuava, por meio das CEBs, de forma intencional, mostrando novos padrões de sociabilização e relacionamento humano. Parte do clero progressista apoiava o movimento, mas os sujeitos que dele participavam eram perseguidos pelo Estado repressivo.

Surgia na década de 1970 um movimento operário capitaneado pelos metalúrgicos do ABC – região próxima à capital paulista composta, à época, pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul –, onde se localizavam as principais indústrias do setor automobilístico. O movimento do ABC associou-se ao movimento da Igreja, articulando-se às CEBs em uma luta antiditatorial e pela democracia.

No início dos anos 1980, o já fragilizado regime militar, temeroso da oposição da Igreja, principalmente pela atuação de dom Evaristo Arns, passou a pressionar o Vaticano e expressar sua insatisfação com o posicionamento das CEBs. O Vaticano, por sua vez, preocupado com o possível viés político do movimento, chamou Leonardo Boff e, em um julgamento sumário, impôs ao frade “o silêncio obsequioso”, uma forma diplomática de acabar com o movimento. O cardeal Ratzinger, que mais tarde seria eleito papa Bento XVI, era na época o chamado “guardião da fé”, responsável pela preservação da doutrina.

Mediante sucessivas medidas, o Vaticano determinou o fim das CEBs e proibiu frei Leonardo Boff de publicar livros sobre a Teologia da Libertação, levando-o a abandonar a batina. O Vaticano aconselhou que o engajamento social passasse a ser efetuado pelos religiosos por meio de entidades privadas, para que pudessem contar com o acesso às fontes católicas de financiamento internacional.

Frei Leonardo Boff pregava, em palavras faladas e escritas, o que ele denominava *aggiornamento*, ou seja, o envolvimento da Igreja nas demandas cotidianas das populações pobres, subindo morros e favelas para ajudar os miseráveis a resolver seus problemas de falta de comida, de dinheiro, de educação para as crianças, de desemprego, brigas domésticas, drogas, entre outros. Ele antevia que, se a Igreja Católica não agisse assim, estaria dando enorme oportunidade para as outras igrejas tomarem o espaço que era dela. Parece que o tempo lhe deu razão.

Com as crises econômicas que se sucederam, o desemprego atingiu taxas recorde. Os movimentos sociais multiplicaram-se em todo o país em sua luta por educação, moradia, saúde, trabalho e pela participação na vida política. Tal mobilização culminou na campanha Diretas Já, em 1984, que levou às praças públicas milhões de manifestantes, tornando-se a maior mobilização política da história da República. Como observa Lucio Kowarick (1994) em seu livro *As lutas sociais da cidade*, a atuação dos movimentos sociais inaugurou no Brasil a fase do “direito a ter direitos”.

De acordo com Eder Sader (apud GOHN, 2008b, p. 313):

Os movimentos sociais foram um dos elementos de transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Eles expressaram tendências profundas na sociedade, que assinalavam a perda da sustentação do sistema político instituído. [...] Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política.

Os movimentos dos anos 1970 e 1980 contribuíram decisivamente para a conquista de vários direitos sociais, inscritos na Constituição de 1988. São considerados um dos saldos positivos da década de 1980 (GOHN, 2012, p. 109).

A Constituição de 1988 foi o marco de um novo pacto social para o país, fruto de lutas dos diferentes setores organizados da sociedade civil e política. Agregou e ainda agrega novos espaços e formas de agir dos grupos na sociedade. Esse marco tem como fundamento os princípios dos direitos sociais na universalidade do acesso à seguridade social e à justiça. A partir da Constituição de 1988, ficou assegurado o direito constitucional de cidadania a todos como princípio fundamental de organização da sociedade brasileira, tornando obrigatória a instalação de conselhos gestores, que abriram canais de participação, facilitando o encontro entre sociedade e Estado.

As profundas mudanças sociais e políticas experimentadas pela sociedade brasileira deveriam engendrar ações de democracia deliberativa, mas não estavam logrando êxito. Isso decorria de desacertos de programas econômicos do próprio governo, que faziam acentuar ainda mais a concentração de renda, provocando desemprego elevado. Na cidade de São Paulo, o desemprego chegou a atingir 20% da população, o que fez aumentar ainda mais a pobreza (KOWARICK, 1994, p. 62).

Com o alto índice de desemprego, houve diminuição da contribuição social e ocorreu também um forte endividamento externo do Estado. Essa derrocada econômica produziu inúmeras consequências para a população, que reivindicava e ainda reivindica direitos como: casa própria, transporte, alimentação, saúde, educação, acesso aos novos bens de consumo e vagas em creches para os filhos pequenos, permitindo aos adultos enfrentar os desafios de trabalhar longe de suas casas.

Foi com o crescimento das demandas das ações participativas que surgiram as novas entidades da sociedade civil, em diferentes formas, com diferentes conteúdos. Ampliou-se o leque de atores que reivindicavam seus direitos. Nesse cenário, as redes de ONGs expandiram-se para assessorar os novos movimentos populares, que progressivamente ocuparam lugar de destaque no cenário do associativismo civil. Esses novos sujeitos, vistos pelos valores que professavam, foram inseridos em ONGs cidadãs, movimentistas e militantes, que se

multiplicaram, rompendo com as práticas autoritárias características dos assuntos públicos. No novo cenário, conforme aponta Gohn (2005, p. 77-78),

[...] desenvolve-se o novo espaço público denominado não estatal, onde irão situar-se os conselhos, fóruns, redes e articulações entre sociedade civil e representantes do poder público para a gestão de parcelas da coisa pública que dizem respeito ao atendimento de demandas sociais.

A partir da Eco-92, A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como ECO-92 as ONGs organizaram-se em reuniões paralelas e ocuparam grande espaço nos meios de comunicação, com a presença dos exilados políticos que retornavam ao país, assumindo tais projetos coletivos identificados com as lutas populares.

Na década de 1990 aconteceu uma sensível reconfiguração da relação do Estado com as ONGs, bem como de sua forma de participação. Já distantes dos movimentos sociais, elas assumiram o papel de dialogar com o Estado. Passaram a atuar como parceiras das ações governamentais, em entidades privadas, com trabalhos voluntários e solidários. Absorveram os temas sociais que até hoje estão fortes e presentes nos movimentos sociais, mas passaram a ter espaços próprios, apoiados por leis, colocando-se como porta-vozes das populações carentes na defesa de seus direitos.

A nova trajetória que se firmava no processo de reforma do aparelho estatal brasileiro, iniciado em 1995, acenava para um novo tipo de socialização: a descentralização do poder para dar maior autonomia às políticas públicas locais. Dessa forma, foi repassada às ONGs e entidades civis a quase totalidade dos programas da área social. Restou clara a intenção do Estado de reduzir suas atribuições, optando por parcerias com a sociedade civil, transferindo-lhe a execução de políticas sociais que ele próprio não mais poderia sustentar, com vistas a dividir os custos e a responsabilidade social.

Desse modo, a importância da participação da sociedade civil se fez não apenas por ocupar espaços anteriormente atribuídos ao Estado, como também por democratizar a gestão da coisa pública, como observa Gohn (2008b).

A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO

Com a crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1974, quando a economia mundial apresentou grande recessão, o paradigma do Estado de bem-estar social não mais conseguia se manter, em virtude do desemprego e da consequente queda salarial. Se antes os problemas sociais e econômicos eram amenizados pelo Estado, agora ele não mais podia sustentar o sistema. Embora anteriormente economistas e empresários apoiassem a intervenção do Estado na proteção da indústria doméstica e na criação de empresas estatais nos setores em que o capital privado se revelava incapaz, nesse momento passaram a ser favoráveis à privatização. Ou seja, o Brasil entrava em outro ciclo de intervenção do Estado. Em seu livro *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil* Luiz Carlos Bresser-Pereira (1996, p. 70) afirma que seria necessário “reduzir, compactar, contrair a estrutura do Estado para superar a crise fiscal e criar condições para um novo estágio de desenvolvimento”.

No Brasil, a reforma do Estado surgiu como alternativa para liberar a economia, então agravada com o desemprego e a pobreza crescente, conduzindo-a para uma nova etapa em direção à globalização. Tal reforma foi impulsionada pelas instituições financeiras: Banco Mundial, *Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento* (Bird) e Fundo Monetário Internacional (FMI), que vincularam a ajuda ao nosso país a exigências de mudanças nas políticas econômicas e sociais aqui praticadas. Na realidade, era um ajuste estrutural diante da crescente dívida externa, combinada às altas taxas de inflação e taxas de juros internas que impediam o crescimento do país. Assim, esses agentes financiadores internacionais pediram uma rigorosa disciplina fiscal, com redução de gastos e reformas tributárias.

Como se percebe, a preocupação fundamental do Banco Mundial era com o aprofundamento do processo de abertura comercial, a desregulamentação das relações entre capital e trabalho, a privatização das empresas, o aumento da poupança interna por meio de reformas fiscais, a reforma previdenciária, a reforma educacional e a implantação de programas sociais mediante ONGs, tudo dentro da lógica neoliberal. Para o Estado brasileiro, não existia alternativa viável além da reforma de sua administração e da redefinição do modo de intervenção na economia para recuperar seu poder de governança.

O governo Fernando Henrique Cardoso foi pressionado a adotar as bases do Consenso de Washington e promoveu uma série de reformas. A mais importante foi a reforma fiscal, pela qual a União assumiu as dívidas de todos os estados e municípios e as securitizou. A dívida da União, que era de US\$ 650 bilhões e lastreada pela taxa Selic com juros de 43% ao ano, duplicou em menos de um ano. O FMI exigiu também a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, impondo tetos de endividamento aos estados e municípios. O governo da União foi obrigado a comprometer 60% a 70% de seu orçamento somente para pagamento da imensa dívida assumida, e assim todos os demais serviços básicos, como educação, saúde e previdência, foram abandonados, numa época em que o crescimento econômico foi praticamente nulo.

Para Bresser-Pereira (1996, p. 22), havia a necessidade de mudanças porque “um Estado que está falido, que não dispõe de poupança pública, que é cronicamente vítima do déficit público, é um Estado fraco [...] um Estado doente, pois o governo não dispõe dos recursos fiscais para governar”. O ex-ministro afirmava que o objetivo não era enfraquecer o Estado, mas sim permitir um sistema produtivo que fosse competitivo, em qualidade e custo, diante dos outros mercados, apontando sempre para um modelo de Estado social-liberal capaz de estimular e preparar o país para a globalização.

A articulação da reforma do Estado teve três princípios reguladores: o do Estado e o do mercado – que saíram reforçados – e o terceiro princípio, o da comunidade, que redefiniu outro tipo de participação social, trazendo a solidariedade e o trabalho voluntário, conceitos estes fora do marco filantrópico e articulados às novas redes de sociabilidade mediadas pelo Estado. A nova formatação da seguridade social estava subordinada à participação da sociedade e à descentralização político-administrativa. Dilenio Souza (2009, p. 110) define a reforma do Estado como “a privatização do conceito de cidadania construída, fortalecendo o espaço privado, usando a simbologia da eficiência, competência e respeito à democracia e aos direitos dos cidadãos a partir da visão de consumo”.

Gohn (2008b, p. 90) mostra que “é inaugurada uma nova era de fazer política na gerência dos negócios públicos”. A cultura passava a se centrar na gerência dos projetos, assimilando novos mecanismos de gestão, por meio da introdução da avaliação de desempenho, do controle por resultados, do foco na satisfação do usuário e do controle de custos. As palavras de ordem das entidades agora eram eficiência e produtividade na gestão de projetos sociais, para que pudessem gerir os recursos recebidos pelo poder público.

A partir desse momento, também, as entidades deveriam contar com pessoal qualificado para elaborar projetos que trouxessem resultados. Dessa forma, nas entidades, saíram da cena os militantes com engajamento sociopolítico para dar lugar a pessoas contratadas em função do discurso das habilidades e competências para assumir as responsabilidades que o Terceiro Setor quis criar como representação.

As ONGs passaram, então, a fazer parte da estrutura funcional do Estado, na medida em que se comprometeram com a prestação de assistência em áreas que antes eram de responsabilidade do Estado. Elas tentaram criar a imagem de organizações bem-sucedidas na solução dos problemas sociais, pulverizando as ações do Estado para com a sociedade. Na qualidade de parceiras mediadoras entre a sociedade e o Estado, várias ONGs deslocariam seu eixo de articulação, para não mais apoiar reivindicações e lutas populares dos

movimentos sociais, como faziam anteriormente, e sim inserir essas reivindicações como demandas, apresentando-se como qualificadas para atendê-las.

Para a obtenção do certificado de prestação de serviços sociais, o conceito de Terceiro Setor trazido pela legislação enquadra qualquer organização que não seja comercial, sindicato ou partido político. São inúmeras as discussões acerca da polissemia do termo Terceiro Setor, inserido no contexto neoliberal para a formulação de políticas de obtenção de recursos para os projetos sociais. Tal pluralidade é fruto de tendências que se formaram na segunda metade dos anos 1980, com o crescimento dos novos movimentos sociais na sociedade civil. As entidades criadas refletiam esse processo e representavam determinado papel por meio de sua intervenção na construção desses movimentos e grupos diversificados, mas traziam a marca de valores universalizantes de cidadania. Assim, pode-se dizer que o Terceiro Setor foi construído a partir de um recorte do social nas esferas do Estado (Primeiro Setor), do mercado (Segundo Setor) e da sociedade civil.

Teoricamente, ao Primeiro Setor, o Estado, cabe promover o bem comum, arrecadando impostos para transformá-los em bens e serviços ao cidadão. O Segundo Setor, o mercado, é constituído por organizações da iniciativa privada, com fins lucrativos, que ofertam bens e serviços à sociedade. O Terceiro Setor seria constituído de organizações da iniciativa privada sem fins lucrativos. Sua natureza seria solidária, construída na parceria e na concessão voluntária, direcionada às questões que atingem a coletividade. Mas, sabe-se que entre a teoria e a viabilidade prática há uma distância enorme.

Como afirma Gohn (2008b, p. 60, grifo da autora), “o Terceiro Setor é um tipo *Frankenstein*: grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitado, com múltiplas facetas”. Pode ser visto como uma resposta das estratégias neoliberais, de um lado, à mobilização dos movimentos sociais e, de outro lado, ao desmantelamento de políticas sociais do Estado, desobrigando-o de investimento na área social e trabalhando em uma perspectiva de parceria para captação de recursos em prol da sociedade civil. Ainda de acordo com Gohn (2008b), o Terceiro Setor traz a figura do público não estatal, constituindo uma nova cultura política, sobretudo nas questões sociais, em todas as esferas de governo: federal, estadual e municipal.

Com o propósito de caracterizar o Terceiro Setor em suas relações de construção, o presente estudo recorre a alguns autores, como Rubens Cezar Fernandes (2005, p. 27), que o descreve como um composto de:

[...] organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato, expandindo seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

A definição de Fernandes posiciona a filantropia em oposição à caridade e relaciona cidadania ao mecenato, alternando situações de conflito, cooperação e indiferença. Diz o autor serem situações que ainda estão em processo de mutação, perdendo a dureza da contradição radical para dar lugar a um jogo de relações complementares.

Ainda no mesmo texto, Fernandes (2005) indica quatro principais pontos para identificar e distinguir a natureza dos componentes do Terceiro Setor:

- 1) “Faz contraponto com as ações de governo, ressaltando a ideia de que os serviços públicos podem ter parcerias com a iniciativa privada” (FERNANDES, 2005, p. 29). A concepção defendida pelo autor traz implicações profundas para a cultura política do Estado.
- 2) “Faz contraponto com as ações de mercado, abrindo o campo do interesse coletivo para a iniciativa particular, emprestando uma nova visibilidade, uma vez que os indivíduos sempre foram chamados para contribuir para o ‘bem comum’” (FERNANDES, 2005, p. 29). Novamente, o autor traz a noção de cidadania, em que a iniciativa privada é pressionada a tornar-se consciente de suas obrigações cidadãs, a estar mais aberta a resultados em longo prazo, com investimentos sem fins lucrativos.
- 3) “Empresta um sentido maior aos elementos que o compõem (Estado X mercado X sociedade civil)” (FERNANDES, 2005, p. 29). O autor aponta para uma noção de complementaridade entre as ações públicas e privadas que só será possível se as instituições trouxerem a ideia de voluntariado como expressão cidadã, formando um mercado específico de trabalho sem fins lucrativos, em práticas de solidariedade.
- 4) “Projeta uma visão integradora da vida pública” (FERNANDES, 2005, p. 29), ou melhor, uma visão combinatória. O autor mostra-nos que essa relação só será possível se a dinâmica de tais organizações sem fins lucrativos assimilar que elas são geradoras de histórias possíveis e apoiadas por um sistema legal que regulamenta os limites das ações voluntárias. Fernandes enfatiza essa complementaridade entre os três setores como responsável nessa nova cultura política.

Para Ruth Cardoso (2005, p. 8), o conceito de Terceiro Setor é caracterizado pelo “espaço que não é Estado nem mercado, cujas ações visam o interesse público: iniciativas sem fins lucrativos, filantrópicas e voluntárias”. Nesse espaço, haveria duas ações: a de participação e a da experimentação de novos modos de pensar e agir na realidade social.

Nesse ponto, Cardoso (2005) e Fernandes (2005) concordam com o rompimento da dicotomia público e privado e entendem o Terceiro Setor como um enriquecimento da dinâmica social em que se potencializam energias privadas da sociedade civil com iniciativas governamentais. Cardoso (2005) apresenta o Terceiro Setor como caminho para uma ação social consequente e eficaz, porque o Estado se tornou inoperante e distante; e o mercado, por si mesmo, não teria interesse nas demandas sociais. Na perspectiva desse autor, não é um processo de desresponsabilização do Estado, pois ele deve, sim, garantir os direitos básicos e universais, mas, com a participação do Terceiro Setor, poderá combater os desequilíbrios historicamente consolidados.

O lugar das ações de governo, a meu ver, está claramente demarcado. Cabe ao governo garantir os direitos essenciais e universais dos cidadãos, os quais, por sua vez, podem e devem exigir que isso se faça de modo eficiente e qualitativo. No Brasil o papel da sociedade civil foi bastante significativo na defesa dos direitos básicos de cidadania quando eles não estavam garantidos. Hoje é tarefa e responsabilidade dos ministérios governamentais assegurar o acesso à educação, à saúde, ao trabalho e à cultura a todos os cidadãos deste país. (CARDOSO, 2005, p. 10)

Acreditando na necessidade dessa atuação conjunta, Cardoso (2005) liderou o programa Comunidade Solidária, que comprometia governo e sociedade civil, por meio de novos espaços de interlocução, a promover e mobilizar recursos, desenvolvendo ações pontuais juntamente com o conselho das comunidades descentralizadas, voltadas ao âmbito municipal, apoiando e criando centros de voluntários que seriam elos entre os que querem doar e os que precisam desse trabalho. O programa foi criado com o propósito de substituir as diversas instituições de ação social pelo modelo neoliberal de política social, que predomina até hoje no Brasil.

A ideia de que o Terceiro Setor é saída para todos os males de uma sociedade não é unânime: existem outros olhares sobre a questão. Em sua obra *Terceiro Setor e questão social*, Carlos Montano (2010) afirma que o debate sustentado pelos pressupostos do Terceiro Setor oculta uma ideologia de funcionalidade para com o projeto neoliberal no enfrentamento da questão social, inserido no atual processo de reestruturação do capital. Para o autor, o Terceiro Setor configura, tanto na esfera do capital como na da responsabilidade social, uma retirada paulatina dos compromissos do Estado, tanto nas ações sociais como nos ganhos dos trabalhadores, nos seus direitos e cidadania. Mostra-se relevante o posicionamento crítico desse autor, que alerta para o (des) - comprometimento gradativo do Estado e uma possível fonte de lucro, no longo prazo, para o capital privado.

Gohn (2008b) também destaca a importância que o Terceiro Setor vem ganhando na sociedade e cita suas contraditoriedades. De um lado, ações politizadas, articulações e reivindicações por direitos sociais, políticos, culturais e por uma nova cidadania; de outro, operacionalização de um novo segmento da economia, com movimentação de recursos, lucratividade e geração de empregos, contribuindo para a privatização dos serviços e áreas públicas.

É nessa sociedade civil, com suas contradições e seus espaços de educação não formal, que reside os projetos sociais que atuam com a linguagem da arte, em práticas com jovens das organizações do Terceiro Setor .

O PAPEL SOCIAL DA ARTE DESEMPENHADO NA FORMAÇÃO DO JOVENS

Para enfrentar os desafios de oferecer possibilidades reais de reconstrução de projeto de vida e de formação de valores, as entidades do Terceiro Setor encontram na linguagem da arte uma ferramenta capaz de instigar a transformação do olhar dos jovens, com força de interferir positivamente tanto no plano da autoestima como no da constituição da própria imagem, estimulando-os a buscarem oportunidades, como pessoas e como cidadãos.

A arte é o atributo estrutural de toda a construção humana. O educador, ao utilizar-se de suas linguagens, ensina os jovens a lidar com as diferenças entre si, indicando atitudes de solidariedade e generosidade para com o outro. Esse olhar que vê o outro, que restitui o diálogo, a partilha de valores, é que permite a fruição não só dos momentos estéticos como também de um sentimento de amadurecimento em suas relações interpessoais.

Nessa visão, a arte se mostra em um processo dialético com a realidade, no momento em que alguém seleciona, compara e interpreta as imagens registradas sobre qualquer suporte, seja o som, a dança, o teatro, a cor, a forma de uma escultura e de tudo o que faz parte da vida. Ela transforma o olhar, que deixa de ser passivo e torna-se ativo, seletivo, tátil, contemplativo e criador, articulando-se aos processos da vida cotidiana. Nesse entendimento, a prática artística torna-se uma linguagem promotora da identidade, em que é possível estabelecer uma reflexão crítica, considerando o jovem um sujeito sociocultural, ou seja, que percebe, reconhece e passa a considerar a diversidade no contexto social.

É nesse universo voltado para o sensível, para o reconhecimento do cognitivo, que a linguagem da arte, de forma lúdica e criativa, oferece aos jovens uma oportunidade de ampliação de seus horizontes no campo da cidadania.

Os conteúdos são construídos pelo agir e pensar. Nesse sentido, é o caráter coletivo das ações vividas e mediadas pelos educadores que trazem os resultados individuais.

Em seu livro *Tópicos e utópicos*, Ana Mae Barbosa (1998) busca considerar a importância do estudo da arte local como gerador de reflexão crítica sobre o contexto social e cultural da comunidade à qual pertence. A autora entende que é dominando as referências culturais da própria comunidade, da própria classe social que se abre a porta para a assimilação do outro. "Através das artes temos a representação simbólica dos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam a sociedade ou o grupo social, seu modo de vida, seu sistema de valores, suas tradições e crenças" (BARBOSA, 1998, p. 16).

Para esse entendimento, Barbosa inspirou-se em Leah Morgan, uma professora do estado de Kentucky, nos Estados Unidos, que integrou a arte da comunidade a suas práticas pedagógicas. Seu compromisso era chamar a atenção para as formas de arte existentes na comunidade. O trabalho de Morgan mostrou que esse é um passo essencial para a educação comprometida com a mudança social. Trouxe também a ideia de criar um *perturbamento familiar*, processo que consiste em perceber o invisível do cotidiano a partir da compreensão de sua identidade cultural, além de refletir sobre questões de gênero, inclusão social e mudanças políticas dentro do seu contexto, valorizando as manifestações da comunidade e fortalecendo a autoestima.

REFLEXÕES

Dessa forma, a arte se constitui em uma ação significativa porque passa a ser processo de conhecimento, não apenas do ponto de vista da estética, como produção de obras belas e harmoniosas, mas da argumentação que esse jovem possa elaborar sobre as mediações de sua existência. A atividade artística reflete no enfoque social o sentido de organização de experiências, articulando e integrando os participantes do projeto a um todo significativo, que se comunica com quem olha e seleciona um dos aspectos com o qual se identifica e se reorganiza, trazendo o novo. Esse significado poderá ser representado por qualquer linguagem da arte, seja a dança, seja a música, as artes visuais ou o conhecimento do patrimônio histórico.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. *Arte-educação: leitura no subsolo*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005^a.

_____. *Tópicos utópicos*. 2. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

BARBOSA, Ana Mae (Org.). *Arte/educação contemporânea: consonâncias internacionais*. São Paulo: Cortez, 2005b.

BASTIDE, Roger. *Arte e sociedade* 2. ed. São Paulo: Edusp, 1979.

_____. Ministério da Administração e Reforma do Estado. *Plano diretor da reforma do aparelho de Estado*. Brasília, DF, 1995.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, Evelyn (Org.). *Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 7-12.

CARVALHO, Livia Marques. *O ensino de artes em ONGs*. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTINHO, Joana. As ONGs: origens e descaminhos. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 13/14, p. 57-65, 2005.

CUNHA, Newton. *Cultura e ação cultural: uma contribuição a sua história e conceitos*. São Paulo: Sesc, 2010.

DEMO, Pedro. *Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos*. 2. ed. Brasília, DF: Líber Livro, 2008.

FERNANDES, Rubens Cezar. O que é o terceiro setor. In: IOSCHPE, Evelyn (Org.). *Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado*. 3. ed.

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 25-33.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 2008^a.

_____. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. *Não fronteiras: universos da educação não formal*. São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

_____. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2008b.

_____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2011.

GOMBRICH, Ernst Hans. *A história da Arte*. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. *Effective evaluation: improving the usefulness of evaluation results responsive and naturalistic approaches*. São Francisco: Jossey-Bass, 1981.

IOSCHPE, Evelyn (Org.). *Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KOWARICK, Lucio. *As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LANDIM, Leilah (Org.). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência*. Rio de Janeiro: Nau, 1998.

_____. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível*. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia)–Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993^a.

_____. *Para além do mercado e do Estado: filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa Iser, 1993b.

LÜDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MONTANO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2010.

PILLOTTO, Sílvia Sell Duarte (Org.). *Arte e o ensino da arte: teatro, música e artes visuais*. Blumenau: Nova Letra, 2004.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SCRAMM, Marilene de Lima Korting; ROZENEL, Maria Wilvert Cabral; PILLOTTO, Sílvia Sell Duarte (Org.). *Reflexões sobre o ensino das artes*. Blumenau: Nova Letra, 2004.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Filosofia da Educação: construindo a cidadania*. São Paulo: FTD, 1994.

SOUZA, Dileno Duran Lucas de. *Movimentos sociais, ONGs e educação: um estudo de caso*. Aparecida SP: Ideias & Letras, 2009.

TERCEIRO SETOR: legislação, consultoria legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília, DF, 2000.

THOMPSON, Andrés A. Do compromisso à eficiência? Os caminhos do terceiro Setor na América Latina. In: IOSCHPE, Evelyn (Org.). *Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 41-48.

TORRAINE, Alain. *Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1995.